



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 23/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2024/04/19

Handwritten signatures in blue ink.

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no edifício Valadares, Teatro Municipal de Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H02M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão, foi substituído pela Tesoureira, Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, foi substituída pelo Secretário Luís Filipe Silva Matias.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro", Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Abertura da Sessão e Informações da Mesa.

2º - Período de Intervenção do Público.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:



Assembleia Municipal de Caminha

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 20 de outubro de 2023;
- c) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024;
- d) – Apreciação, discussão e votação do documento de Prestação de Contas do exercício de 2023;
- e) – Apreciação, discussão e votação da Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência;
- f) – Apreciação, discussão e votação da Alteração do Mapa de Pessoal do ano 2024;
- g) – Apreciação, discussão e votação do Plano Municipal de Ação Climática de Caminha;
- h) – Apreciação, discussão e votação da Revogação do Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora e Constituição de um Direito de Superfície a favor do referido Centro Paroquial;
- i) – Apreciação, discussão e votação da Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Junta de Freguesia de Seixas, relativo à Antiga Escola Primária de Coura de Seixas;
- j) – Apreciação, discussão e votação do Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho para Inscrição de Dotação Orçamental para os Anos 2027 e 2028/ Alteração da Designação do Projeto;
- k) – Apreciação do Relatório da Oposição relativo ao ano 2023.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e solicitou para que fosse retirada a alínea K), da ordem de trabalhos, uma vez que os documentos de suporte não tinham sido enviados, e que a mesma seja colocada na próxima ordem de trabalhos logo a seguir às informações do Senhor Presidente da Câmara. **(áudio 16.53 e 17.37 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, aceitou a proposta do Senhor Deputado, no entanto, referiu que os documentos de suporte tinham sido enviados em



cel
fus
e
D

Assembleia Municipal de Caminha

13 de março do corrente ano para todos os Senhores Deputados. (áudio 17.47 e 18.36 minutos da 1.ª gravação). -----

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».-----

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra a **Senhora Ana Patrícia Verde Moreira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e, como representante de pais do 1.º ciclo, da turma VA1A, da Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora, disse que trás ali os seguintes temas, como a ligação do edifício novo da escola do 1.º ciclo ao edifício escolar principal, de forma a que os alunos não se molhem na hora de irem almoçar; uma solução estrutural para a entrada dos alunos, professores e funcionários na entrada principal da escola, para que não se molhem em dias de chuva; abertura do portão do lado nascente, para entrada e saída dos alunos do 1.º ciclo; internet, é necessário que todo edifício escolar tenha este meio em perfeitas condições...)(áudio 20.18 e 27.13 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e lamenta que a Senhora Encarregada de Educação



Assembleia Municipal de Caminha

continue a ir ali falar destas matérias que acontecem na escola, sendo que a mais preocupante no seu ponto de vista é a questão da colocação das cadeiras nos autocarros de transporte escolar, no entanto, ao deparar-se com essa situação deveria ter chamado as autoridades, porque, desse modo o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro, teriam que responder sobre essa matéria aos pais e às autoridades...) (áudio 27.53 e 29.51 minutos da 1.ª gravação).

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, agradeceu os assuntos que ali levou a Senhora Ana Patrícia, que são, muito pertinentes à comunidade escolar, porque, as crianças são importantes e tudo o que se passa nesse domínio é muito pertinente. -----

Disse ainda que como Deputada pela bancada do Partido Socialista, irá encarregar-se de que receba resposta, que não poderá ser do seu agrado, mas, pelo menos terá uma resposta às questões ali colocadas. -----

Para terminar, disse que há uns dias atrás, foi-lhe comunicado através de um post nas redes sociais, da Senhora Vereadora Liliana Silva, por causa de um transporte escolar em que terminava o seu parágrafo com a seguinte frase "*irresponsabilidade do executivo que não pode voltar a acontecer*", logo de imediato sentiu-se na obrigação de ligar à Senhora Vereadora, dado a gravidade do assunto, para se inteirar do que se estava a passar, e, foi-lhe dito que as cadeirinhas elevatórias estavam no autocarro, logo, haver irresponsabilidade, como refere a Senhora Vereadora, não será do executivo. (áudio 30.19 e 33.09 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou à Senhora Deputada, "se viu um post da Senhora Vereadora Liliana Silva a referir esta situação? E, se não viu post's dos pais a relatar que realmente esta situação tinha acontecida? (áudio 33.23 e 35.13 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu ao Senhor Deputado que acredita em toda a gente, e não acredito em ninguém, porque, lhe confirmaram que as cadeiras estavam no autocarro. (áudio 35.35 e 36.20 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou à Senhora Deputada se, tem alguma coisa contra a política nas redes sociais? Se, já conhece cadeiras de crianças que se instalem sozinhas? Se, sabe que os autocarros de transporte escolar são da responsabilidade do município? Se, sabe que nos autocarros de transporte escolar tem que haver um vigilante, que é da responsabilidade do município? (áudio 36.59 e 38.36 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu ao Senhor Deputado que não é o executivo que tem que pôr o vigilante, é a escola. (áudio 38.43 e 39.43 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa e disse que do mesmo modo que as perguntas são diretas e concisas, as respostas também o devem ser, no entanto, houve muita alocução da Senhora Deputada que não foi resposta às questões que colocou.

Disse ainda em defesa da honra que ali é Deputado Municipal e todas as suas intervenções são enquanto Deputado Municipal, as quais não tem nada a ver com a sua profissão. (áudio 39.58 e 41.28 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que ficou em reunião de representantes decidido que, sempre houvesse uma intervenção do público, era dado conhecimento da mesma aos partidos políticos. (áudio 41.55 e 42.26 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que vai falar com a responsável do gabinete da Assembleia Municipal.

2.º- INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, deu conhecimento que foi apresentada uma moção à mesa, uma pela CDU titulada "Quinquagésimo aniversário da Revolução



Cel. Luis

Assembleia Municipal de Caminha

e 1º de Maio – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático, os Trabalhadores e o Povo” e uma Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, a recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Caminha para a remoção do “Ferryboat”. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez a apresentação da moção e entre os vários considerandos solicitou que fosse deliberado; Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios; Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade; Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; Apelar à mobilização de todos nas comemorações do cinquentenário do 25 de Abril; Saudar os trabalhadores portugueses, e neles os trabalhadores de todo o Mundo, e as comemorações do 1º de Maio próximo, reconhecendo a identidade que o dia imprime na condição de trabalhador e na defesa dos direitos laborais, reconhecendo a sua luta e a urgência da valorização do trabalho, dos salários e dos direitos; Saudar as comemorações do 1º Maio, os trabalhadores e as organizações sindicais, pelo histórico de lutas e conquistas; Apelar à mobilização de todos na celebração do 1º de Maio, afirmando a clara identificação dos órgãos autárquicos do município com os trabalhadores em geral e de forma muito particular com os trabalhadores municipais. (**áudio 45.56 e 52.04 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, colocou para votação a moção apresentada pela CDU, a qual foi aprovada com 23 votos a favor e 12 votos contra.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and a circular stamp or signature at the bottom.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto e disse que a coligação “O Concelho em Primeiro”, votou contra:

Porque, é a favor do municipalismo, mas, não é a favor da criação de regiões administrativas;

Porque, o reconhecimento dos trabalhadores, também merece o reconhecimento dos profissionais liberais, e dos empresários, porque todo o conjunto é que faz contribuir para o aumento do PIB deste país. **(áudio 53.37 e 54.03 minutos da 1.ª gravação).** --

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez a apresentação da Recomendação e entre os vários considerandos, propõe, que se delibere recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Caminha, que diligencie com urgência pelo apuramento dos métodos possíveis para a remoção do “ferryboat”, apresentando posteriormente a esta Assembleia um relatório final, onde, entre outros aspetos técnicos, constem os respetivos custos, ou eventuais ganhos com a venda de embarcação ou da sucata, bem como os prazos de conclusão da conclusão da remoção. **(áudio 54.24 e 57.53 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que o “ferryboat”, foi o Partido Socialista em 1995 que o trouxe para o Concelho de Caminha, outros já quiseram acabar com ele, e foi novamente o Partido Socialista em 2013 que o recuperou, ora, não vai ser em 2024, que se vai desistir dele, porque, acreditam que o interesse público não é acabar com ferryboat, mas, sim encontrar uma solução para este problema, e portanto, não se vai desistir, mas, insistir para que o ferryboat funcione, seja esta embarcação ou uma outra, e, por esta razão, irão votar contra a recomendação apresentada. **(áudio 58.25 e 59.27 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, colocou para votação a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, a qual foi rejeitada com 20 votos contra, e 14 abstenções e 1 voto a favor.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e disse que o Senhor Presidente está a contabilizar o tempo das declarações de voto no tempo dos partidos, mas, se considerar o que refere o n.º2, do art.º 50, do Regimento em que “as



Assembleia Municipal de Caminha

declarações de voto orais não podem exceder 3 (três) minutos”, ora, a verdade é que as declarações de voto não podem exceder os 3 minutos, mas, os 3 minutos não descontam no tempo do partido, quando muito vão ser descontados nos 60 minutos do período de antes da ordem do dia, e se assim não o entender, irá recorrer da sua decisão para o plenário. **(áudio 1.01.31 e 1.02.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que não concorda com a explicação do Senhor Deputado, porque irá penalizar os partidos.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que vai recorrer da decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que não aceitou o entendimento, que os 3 minutos previstos no n.º 2, do art.º 50, do Regimento para efetuar uma declaração de voto, se aplicam à agenda da Assembleia, como se aplicam às propostas e às moções que são votadas no período antes da ordem do dia, ora, não se pode recusar a quem vota o exercício do direito de declarar, logo, este tempo de 3 minutos não pode ser contabilizado no tempo dos partidos, mas, poderá ser contabilizado no cômputo geral dos 60 minutos do período de antes da ordem do dia. **(áudio 1.08.57 e 1.09.45 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação do plenário que o tempo das declarações de voto, não descontem no tempo do partido, mas, que descontem no período antes da ordem do dia. Logo, a proposta apresentada foi aprovada com 34 votos a favor e 1 voto contra.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez declaração de voto no sentido de esclarecer que o Bloco de Esquerda não quer que se acabe com o ferryboat, mas, sim resolver o problema em que o ferryboat se encontra (uma sucata), para o bem dos caminhenses. **(áudio 1.24.15 e 1.26.22 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez declaração de voto, e disse que votou contra esta recomendação, porque considera que o ferryboat atual não é uma sucata, é um barco



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

que pode navegar, e tem que ser criadas condições para que volte a navegar. Logo, deve haver um esforço do Governo de Portugal e de Espanha para que desassoreie o rio, porque o Concelho de Caminha não pode ser o único que não tenha uma ligação à Galiza/Espanha. (áudio 1.26.37 e 1.27.39 minutos da 1.ª gravação). -----

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----
O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que no passado dia 2 de abril, Vila Praia de Âncora foi notícia na comunicação social com a atribuição do prémio 5 Estrelas Regiões na categoria de praias, este prémio é fruto do esforço, investimento e brio no embelezamento e atratividade que a Junta de Freguesia tem com as suas possibilidades...) -----

De seguida questionou o Senhor Presidente da Câmara;

Quando vai ser retirado o estaleiro que serviu de apoio às obras da nova escola? -----

Se fosse pai ou avô, levaria as suas crianças a brincar no recinto de jogos ou no parque infantil de Vila Praia de Âncora, dado o estado dos equipamentos? -----

Perguntou ainda sobre o ponto de situação de várias ruas da Freguesia como na Rua Miguel Bombarda, na Rua 5 de Outubro, zona da Sandia, Rua Pedro Homem de Melo, Rua 31 de Janeiro, Praça da República e outras em que os problemas já referidos em outras sessões da Assembleia Municipal continuam por resolver, pergunta ainda para que servem as garantias de obra? -----

Quanto à iluminação pública na Freguesia, disse que apesar de ter havido uma reunião entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e E-redes, a empresa andou desmedidamente com várias equipas a tentar resolver grande parte da iluminação que estava apagada, porém, continua tudo na mesma...). -----

Para terminar volta a referir o problema da Ponte da Cruz Velha, em que se continua a desfazer diariamente, tendo a Junta de Freguesia feito um ofício à ANCP (Autoridade Nacional de Proteção Civil) de Viana do Castelo, a alertar e pedir intervenção das autoridades competentes, em que a resposta dada foi que se trata de uma via Municipal. (áudio 1.30.56 e 1.37.09 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signatures in blue ink.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou se a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, já encetou alguma recomendação à Câmara ou a outra entidade, no sentido de concluir as rampas de acesso a pessoas com deficiência? (áudio 1.37.32 e 1.38.20 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias**, respondeu que lhe fazia chegar a resposta por escrito.

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que tiveram conhecimento, através da comunicação social, do estudo independente realizado pelo IPVC e pela UTAD, que versava sobre o Artbeerfest, festival internacional da cerveja artesanal, criado em 2013 e foi o primeiro do género em Portugal, no âmbito de um estudo científico...) -----

Disse ainda que o estudo consistiu na realização de 378 inquéritos válidos a participantes do Artbeerfest e concluiu que em 2023 terão participado no evento cerca de 35.000 pessoas, sendo 13.230 turistas e 21.770 excursionistas, o qual gerou um retorno para a economia local estimado em mais de cinco milhões...) -----

Para terminar disse que o crescimento do Artbeerfest ao longo de uma década é indenegável, tal como o seu impacto económico para a região, pela qualidade e atratividade que tem para o Concelho. (áudio 1.38.53 e 1.41.41 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que o Concelho de Caminha se tem pautado por uma oferta cultural de excelência, pelo que, aproveita a oportunidade para fazer alguns agradecimentos, ao Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por mais de uma organização do tão emblemático "Sarau Cultural", ao Movimento de Empresários do Concelho de Caminha, à Junta e à Câmara Municipal, por mais uma edição bem sucedida da «Maior Mesa de Páscoa». -----

Para terminar, elogia o início das Comemorações oficiais do Centenário de Elevação de Vila Praia de Âncora, pois a data escolhida para o arranque destas comemorações



Assembleia Municipal de Caminha

não poderia ter sido melhor, onde se viu toda a população envolvida, as associações, entidades e população. (áudio 1.42.03 e 1.44.04 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que na freguesia de Lanhelas, apesar das fatalidades como o incêndio de 2022 e as intempéries de finais de 2022, inícios de 2023, têm trabalhado para a melhoria da qualidade de vida da população, tendo como foco principal a melhoria e requalificação de alguns arruamentos, e em breve haverá as intervenções necessárias para as zonas afetadas pelas intempéries por parte do Município.

Disse ainda que existe uma melhoria nos momentos de convívio social, cultural e saúde mental, apostando nas oficinas, como as oficinas de teatro, oficina de costura, nas aulas de ginástica e aderiram à rede de balcões SNS24, como todas as freguesias do Concelho, que vai possibilitar as pessoas a pedir as receitas, marcar as consultas, sem terem que se dirigir ao Centro de Saúde.

Referiu ainda que estão a implementar de forma pioneira no Concelho, o sistema de internet Airfiber que possibilita à população ter internet em sua casa de forma gratuita.

Para terminar disse que nada se faz na freguesia de Lanhelas, sem se olhar para as suas associações, das quais têm muito orgulho, porque se perpetuam ao longo do tempo, atingindo idades que poucas associações podem dizer que chegam, como, a Banda Lanhelense, com de 75 anos, o Lanhelas Futebol Clube, que irá fazer 100 anos no próximo ano, e a Casa do Povo, que este ano, no passado dia 29 de Março, a fez 85 anos, e por isso parabeniza a instituição pela forma como assinalou essa data, com vários eventos excelentes. (áudio 1.44.21 e 1.48.19 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, deu início à sua intervenção a questionar o Senhor Presidente da Câmara e perguntou: Aerogeradores colocados no sul da Espanha, mesmo na traseira da Ínsua, o que vai fazer? Ferryboat, que futuro lhe espera? Divida a Luságua como a pagou, a quem a pagou, quanto pagou e que encargos a mais, foram suportados? Qual é o plano do executivo para recuperar as estradas municipais? Se, já reparou que as atas da Câmara Municipal de Caminha que estão na Internet, estão todas por assinar pelo Presidente e pelo Secretário? E, porque motivo não cumpre o art.º 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em que atas



Assembleia Municipal de Caminha

e as minutas de reuniões de Câmara, depois de aprovadas e assinadas, devem ser remetidas para a Assembleia? -----

Por último, disse ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que o n.º 3, do art.º 24, do Regimento determina que cada sessão da Conferência de Representantes no final tenha uma Ata, e pergunta: Porque, ainda não enviou as atas? (**áudio 1.50.03 e 1.53.15 minutos da 1.ª gravação**). -----

A **Senhora Deputado Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que a entrada em Caminha pela Marginal tem já um elemento que faz parte da imagem desta Vila, mas as dificuldades, as exigências, a operacionalidade do ferryboat, Santa Rita de Cássia acompanham todos os executivos desde que este chegou a terras Caminhenses por 1995. Ora, com a pandemia, o ferryboat teve que parar, após este período, foram surpreendidos com as notícias de que o pontão de atracação na margem de A Guarda não permitia que o ferryboat voltasse a fazer a travessia novamente. E, recentemente, receberam a notícia de que as reparações em La Guarda estavam concluídas, mas, o assoreamento característico do Rio Minho foi acentuado neste período de paragem forçada e volta a interferir. Desta feita, o ferryboat está sob um banco de areias e o assoreamento na extensão da Foz do Rio Minho é bem claro e visível, como é típico neste tipo de domínio fluvial, e cientes da importância que este executivo dá esta embarcação e do esforço que sempre fez pela sua manutenção, pergunta ao Senhor Presidente acerca da estratégia, dos planos e das recentes ações para que este transporte, que já é parte do património identitário turístico caminhense, volte a navegar em prol da sua comunidade? (**áudio 1.53.47 e 1.55.32 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que está à espera de uma resposta a um requerimento que apresentou através da mesa da Assembleia há um ano. (**áudio 1.55.48 e 1.56.38 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que o tema que ali o leva hoje a intervir é o Porto de Mar de Vila Praia de Âncora e por isso não pode deixar de dar os



Assembleia Municipal de Caminha

parabéns mais uma vez a Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora, que tem lutado há mais de uma década para que o projeto do novo Porto de Mar esteja concluído, e, como todos ouviram da boca do Senhor Presidente da Associação que o projeto está quase a ser executado, mas, cai um governo, cai outro governo, há sempre coisas que acontecem. Por isso, pede a todas as forças partidárias para que não deixem cair este projeto, e que continuem a fazer força e pressão junto de todas as entidades, para que este sonho se torne realidade. (áudio 1.56.57 e 1.58.57 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e começou por agradecer todas as intervenções que ali foram realizadas. De seguida, parabeniza o novo Governo da República, esperando que tenha tanto sucesso no Concelho de Caminha como teve no tempo da governação do Partido Socialista, que viram obra e medidas que beneficiaram a população do Concelho de Caminha. Parabeniza também na líder de bancada do Partido Socialista que hoje o Partido Socialista, comemora o seu 51º aniversário, um partido da democracia, da liberdade, da fraternidade e, acima de tudo, um Partido Republicano.

Quanto à intervenção do Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que Vila Praia de Âncora recebeu um galardão das 5 Estrelas Regiões pela sua praia de qualidade, o que demonstra o trabalho que é gerido e mantido pela Câmara Municipal.

Relativamente à questão do Parque Infantil em Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que vai ser requalificado.

Quanto aos proprietários das Minas de Miguel Bombarda, o Senhor Presidente fica surpreso, porque, em tempos a Câmara Municipal questionou a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora se sabia quem eram os proprietários? Ora, uma vez que falou ali em nome deles, gostava que indicasse à Câmara quem eles são, pois é necessário falar com eles para a reparação necessária que têm de fazer nas condutas de Minas privadas.

Quanto à questão da iluminação pública, disse o Senhor Presidente que é um problema que têm vindo a debater todos em conjunto, não só a Câmara Municipal, mas, as Juntas de Freguesia, com a E-Redes, porque é necessário insistir e lutar para



Assembleia Municipal de Caminha

se ter uma iluminação pública cada vez melhor e acabar com este défice de reparação.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Domingues, disse o Senhor Presidente que o Artbeerfest já é um evento âncora no Concelho de Caminha, como também a Feira Medieval, o Festival Vilar de Mouros e o SonicBlast, que vão para além das fronteiras, que são um chamariz para atrair pessoas para o território, e ficou demonstrado com este estudo da parte do IPVC, um estudo independente, científico e académico, que indica um retorno para a economia local superior a 5 000 000.00€, nestes 4 dias de evento.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Vítor Brás, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal tem apostado e apoiado a cultura no Concelho de Caminha e saúda o Agrupamento de Escolas, a Professora Maria Esteves, o Professor Floriano e ao Professor Celestino Ribeiro por mais esta iniciativa, que foi o "Sarau Cultural", pela forma como têm levado sempre este evento.

Quanto à Maior Mesa de Páscoa, disse o Senhor Presidente que foi um evento muito participado, com diversas coletividades do Concelho de Caminha a animar, uma iniciativa de sempre do Movimento de Empresários, da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e com a colaboração da Câmara Municipal.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Lanhelas, disse o Senhor Presidente que as Juntas de Freguesia têm um trabalho fantástico, e por isso reconhece todo o trabalho e empenho dos Senhores Presidentes de Junta no geral com as intervenções/reparações que têm vindo a fazer, mas, sempre com um olhar atento em promover a cultura dos seus territórios, porque é a cultura que cria a capacidade crítica das populações, e a Freguesia de Lanhelas tem uma população que com uma atividade cultural intensa, com a sua Banda de Musica, com o Grupo de Teatro e a Casa do Povo que comemorou o seus 85 anos de existência, a qual não pode deixar de parabenizar.

Disse ainda o Senhor Presidente que uma vez que está a falar em cultura, que a Câmara Municipal de Caminha adquiriu um conjunto de livros relacionados em concreto com os 50 anos do 25 de Abril, uma edição limitada, uma edição única, feita por um daqueles que é considerado o fotógrafo de Abril, um homem que todos reconhecem e que tem créditos por todo o mundo, e a Câmara Municipal associou-se a esta celebração, adquirindo os livros, irá ter a presença do fotógrafo, e irá ter



Assembleia Municipal de Caminha

exposições que vão andar pelas escolas do Concelho, e terá todo o gosto no final se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim o permitir de distribuir um exemplar às Senhoras(os) Deputados e Presidentes de Junta...) -----

Relativamente à questão dos Aerogeradores a sul da Galiza, disse o Senhor Presidente que existem intenções, como existe em Portugal e a Câmara Municipal de Caminha tem vindo a acompanhar este processo já algum tempo, referindo, por exemplo, em julho de 2023, enviou um ofício para o Presidente do Governo de Espanha, o então Secretário de Estado do Mar, para o Presidente da Delegação Portuguesa da SPIRN, e para o Presidente da Junta da Galiza, expondo as preocupações relativas aos intentos de colocação por parte de Espanha de Aerogeradores ao largo da Costa de Espanha, que influenciariam o território português, em concreto, o Concelho de Caminha, e as respostas não foram objetivas.

Relativamente ao Ferryboat, disse o Senhor Presidente que existe uma preocupação conjunta, entre ele e o seu homólogo espanhol, Roberto, Alcalde de La Guarda, entendem que esta é uma situação que não pode estar às costas dos caminhenses, nem dos habitantes de La Guarda, porque este é um Rio Internacional com características muito próprias e únicas, e tem de ser assumido pelos dois governos Espanha e Portugal. No entanto, a Câmara Municipal de Caminha, já há muito tempo que tem esta preocupação, e tem vindo a trabalhar nesse sentido, e em outubro de 2022, enviou um ofício o qual também foi subscrito pelo então Alcalde de La Guarda, António Lomba, para a Senhora Ministra da Coesão Territorial Portuguesa no âmbito da Cimeira Ibérica que ia decorrer em Viana do Castelo, a falar precisamente da questão da necessidade de se ter esta ligação fluvial permanente entre estes dois territórios de Caminha e La Guarda.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Hugo Martins, na questão do Porto de Mar e do Portinho de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente, que sempre foi assumido e têm a palavra do Governo da República de que esta obra é para ser executada, aliás, quando esteve em Vila Praia de Âncora a DGRM, a Doca Pesca, com a Câmara Municipal, com a Associação de Pescadores e com partidos políticos, foi assumido esse compromisso, foram estabelecidos os prazos e foi colocada uma maquete para que todos tivessem conhecimento de qual vai ser a intervenção no Portinho de Vila Praia de Âncora. **(áudio 1.59.10 e 2.17.16 minutos da 1.ª gravação).**



Assembleia Municipal de Caminha

4.º– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luis**, disse que a inscrição para este ponto da ordem de trabalho é por grupos municipais, conforme foi decidido na Conferência de Representantes.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e disse ao Senhor Presidente que as deliberações só então em vigor, depois de estarem devidamente aprovadas e depois de estarem numa ata com a assinatura do Presidente e do Secretário e, portanto, pergunta, ao Senhor Presidente, se essa decisão do Conselho de Representantes está aprovada e se existe ata dessa deliberação devidamente aprovada. (áudio 2.18.09 e 2.18.46 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luis**, respondeu que o Senhor Deputado recebeu a ata, em que esta deliberação foi tomada, e está assinada por ele, porque não havia secretários, e será posta à aprovação na próxima reunião de Conferência de Representantes.

Disse ainda que o Senhor Deputado está ali só para dificultar o normal desenvolvimento deste órgão, o qual se torna numa força de bloqueio ao bom funcionamento deste órgão. (áudio 2.18.51 e 2.19.45 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, antes de dar início à intervenção, fez uma defesa da honra, porque, o Senhor Presidente é um membro do Partido Socialista, um partido que participou ativamente na Revolução de Abril, e vai ali dizer que um membro deste órgão com poderes de fiscalização, com o dever de fazer respeitar o princípio da legalidade só porque exerce a função com esse conteúdo e com essas prerrogativas, está ali para complicar, pergunta, ao Senhor Presidente se chama a essa matéria complicar ou descomplicar?

De seguida, o Senhor Deputado deu início à sua intervenção e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, porque não cumpre a Lei e não envia as atas e as minutas da



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal devidamente aprovadas? porque, faz alterações orçamentais sendo essa uma competência própria da Câmara Municipal e não do Senhor Presidente?

Relativamente ao dever de informação, porque, não informa a Câmara Municipal das alterações orçamentais que faz ao orçamento, sobretudo, aos eleitos da oposição?

Quanto aos 2 livros que ali mostrou o Senhor Presidente, disse que o procedimento concursal que está disponível no site do município, refere que "o Museu entendeu que era preciso adquirir o livro", o Senhor Presidente adquiriu 120 livros por 7 500.00€, e no dever de informação refere que estabeleceu um protocolo com as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, patrocinando a edição do livro, pelo que, pergunta se fez um contrato público por adjudicação direta e comprou o livro, ou, patrocinou um livro? Refere ainda o Senhor Deputado que se tem algum livro para ele, para oferecer o valor do livro a uma família carenciada.

Quanto ao impacto económico do evento Artbeerfest no valor de 5 000 000.00€, disse o Senhor Deputado que viu um estudo de 378 pessoas num universo 35000, e que todos os benefícios que apresenta este estudo foram para a restauração, E, no Plano de Ação Climática que foi remetido, o estudo apresentado refere que a restauração e hotelaria só representam 12% da sociedade empresarial e 18% da população deste Concelho, ora, dá os parabéns ao Senhor Presidente pelas opções políticas que tem para o Concelho de Caminha. (áudio 2.19.52 e 2.26.47 minutos da 1.ª gravação). ---

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que na informação que apresenta o Senhor Presidente fala da reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, um edifício emblemático para o Concelho de Caminha, e pergunta, em que ponto se encontram as obras? E, quando se vai poder usufruir desse edifício que honra a população de Caminha? (áudio 2.27.31 e 2.28.08 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, disse que existe um problema de alguma direita, em assumir Abril, em assumir a liberdade, a democracia, a Revolução dos Cravos que trouxe a todos a possibilidade de estarem ali reunidos, enquanto poder local autárquico e democraticamente eleito, porque, enquanto a Câmara Municipal foi governada por um outro partido, nas comemorações solenes só havia



Assembleia Municipal de Caminha

voz do único partido ou do poder, hoje, todos os partidos com assento nesta Assembleia, falam livremente.

Disse ainda o Senhor Presidente que o 25 de Abril, às vezes parece que pesa muito nos ombros de alguns, e quando se quer firmar Abril e demonstrar às próximas gerações material com conteúdo cultural sobre a Revolução dos Cravos, sobre Abril, sobre as vivências democráticas neste país, há sempre alguma neblina em volta, porém, Senhor Deputado, não há neblina, os livros foram adquiridos, vai haver conferências, colóquios, exposições, exposições itinerantes junto das escolas e não foi comprada uma edição de 30.00€, foi comprada uma edição única que está a ser vendido pelo valor de 150.00€ e que a Câmara Municipal comprou por metade desse valor.

Relativamente à questão do Artbeerfest, disse o Senhor Presidente que as declarações ali proferidos foram muito redutoras, no entanto, ao serem assumidas essas declarações como sendo verdadeiras, devem dizer que, para que a restauração trabalhe existe a necessidade de comprar no talho, na padaria, na peixaria e outros, e pergunta, se isso não mexe com toda a economia local? Às vezes, existe a tentativa de criar alguns anátemas que se parecem com premissas verdadeiras, mas, as conclusões são falsas.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Caminha/Vilarelho, disse o Senhor Presidente que a requalificação dos Paços do Concelho, é uma obra sensível e morosa, porém, existe a intenção de se poder abrir os Paços do Concelho em maio. **(áudio 2.28.16 e 2.32.36 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente que se esqueceu de lhe responder, sobre a delegação de competências da Câmara para poder alterar o orçamento e sobre os atos administrativos em concreto que praticou? Porque, não cumpre a Lei e não envia as atas e as minutas da Câmara Municipal devidamente aprovadas? Se, comprou os livros ou patrocinou a edição comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril? **(áudio 2.32.45 e 2.33.39 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que não se esqueceu de nada e reitera tudo o que disse até agora.



Assembleia Municipal de Caminha

b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 20 de outubro 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão extraordinária de 20 de outubro 2023”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma retificação à ata.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 03 abstenções do Senhor Deputado Vítor José Brás Rocha, dos Senhores Representantes das Juntas de Freguesia de Moledo/Cristelo, Maria Goreti Martins de Amorim Verde e da Freguesia de Âncora, Peter Anthony Martins, as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro 2024

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 23 de fevereiro 2024”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções dos Senhores Deputados Hugo Martins, Ricardo Cunha, Abílio Cerqueira e dos Senhores Representantes das Juntas de Freguesia de Moledo/Cristelo, Maria Goreti Martins de Amorim Verde, da Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos, e da Freguesia de Vila Praia de Âncora; Luis Matias, as quais se



Assembleia Municipal de Caminha

devem ao facto de não estarem presentes.

d) –Aprovação do Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2023

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de abril de dois mil e vinte e quatro, relativa ao **“Aprovação do Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2023”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2023”.

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que este documento de Prestação de Contas, apresenta mapas errados, como tem sido habitual, e que as receitas correntes aumentaram, fruto essencialmente do aumento da cobrança de impostos, e as despesas correntes aumentaram relativamente à dotação inicial na ordem de 1.5 milhões de euros, dinheiro usado para pagamento de faturas em atraso à Luságua.

Disse ainda que nas receitas de capital, faltou executar 1,6 milhões de euros, em projetos com financiamento, nas despesas de capital do inicialmente previsto a diferença para menos são 2,5 milhões de euros, ou seja, o Senhor Presidente deixou de investir nos bens de domínio público.

Quanto à Estratégia Local de Habitação, disse o Senhor Deputado que esta foi mais uma desilusão, tanto falaram em milhões e investiu-se 81 000.00€, e porque se pagou obras a 2000.00€ o metro quadrado.

Para terminar disse o Senhor Deputado que a OCP não pode concordar com a prestação de contas apresentada, porque, os próprios auditores apresentam três reservas fundamentadas, como já é recorrente e não adianta apresentar um saldo de



Assembleia Municipal de Caminha

gerência elevado, quando há famílias a passar fome, ora, as autarquias locais não são empresas que visam o lucro, mas sim, servir e melhorar as condições de vida das pessoas. (áudio 2.40.20 e 2.44.05 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o Bloco de Esquerda partilha da opinião do revisor oficial de contas quando afirma que "as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município, estando formalmente acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas", no entanto, o formalismo da apresentação resume-se a isso mesmo, uma vez que o conteúdo em si contém desconformidades e opções extravagantes designadamente ao nível da despesa, havendo concretas despesas exorbitantes, inexplicáveis e inadmissíveis no que se refere à globalidade da prestação de contas. Porém, não deixam de realçar que veem a dívida do município baixar, embora esta descida da dívida global do município não é alheia ao facto de se verificar um enorme aumento da receita designadamente ao nível dos impostos dos munícipes, por isso, assinalam de forma positiva a evolução da redução da dívida, fazendo votos para que o executivo continue a devastar esse valor não à custa do aumento das contribuições dos munícipes, mas, à custa de um refreamento da despesa.

Para terminar, disse o Senhor Deputado que não podem deixar de referir os aspetos mencionados pelo auditor, quando aponta desconformidades que, já foram nos anos anteriores assinaladas como "não nos é possível excluir a existência de erros ou deficiências e quantificar os eventuais efeitos que poderão advir e, ainda os instrumentos e procedimentos adotados pela entidade não permitem garantir um contrato apropriado e global" assim, constatando as reservas expostas na auditoria, não podem votar favoravelmente este documento. (áudio 2.44.18 e 2.48.24 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que este relatório na sua página 4 refere "*É reprogramar prioridades e eleger a defesa da nossa população como prioridade absoluta*", pergunta, onde esteve esta prioridade e defesa da população na resolução rápida e eficaz dos problemas das intempéries? Onde esteve e está esta preocupação quando somos o único Concelho da Ribeira Minho que não tem uma ligação com Espanha? Onde está essa preocupação quando em 2023 os impostos sobre a



Assembleia Municipal de Caminha

população, estão no máximo no Concelho? Onde esteve e está essa preocupação quando existem tantas pessoas a passar dificuldades no Concelho? -----

Disse ainda que na sua página 6, "*Caminha acompanhou a tendência positiva do turismo a nível nacional* ", ora, mal seria que assim não fosse quando a aposta principal deste executivo é o turismo, no entanto, o Concelho precisa de uma estratégia para 12 meses, para que se possa entre outras coisas, auferir mais impostos dos agentes económicos, para dessa forma diminuir a carga fiscal sobre a população...) -----

Para terminar, disse o Senhor Deputado que na sua página 16,"(...) *foram transportadas de forma gratuita cerca de 700 crianças (...)*" pergunta, se foram mesmo todos os transportes de criança gratuitos? E, ainda sobre educação, pergunta, como é que é possível, que tenham sido emitidas as faturas das refeições escolares de novembro de 2023 nestas últimas semanas, faltando ainda as de dezembro de 2023, privando assim as famílias de apresentar essas faturas em sede de IRS? (**áudio 2.48.45 e 2.54.24 minutos da 1.ª gravação**). -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que no seguimento da intervenção do colega, este relatório apresenta 27 páginas dedicadas à cultura, quando outros temas tão ou mais importantes apenas tem dedicadas no máximo 6 páginas, ou seja, tanto para resolver neste concelho, tanto para melhorar ajudando dessa forma a população e a maior ação deste executivo aconteceu na cultura.

Quanto à Proteção Civil, refere que "(...) *A proteção civil é e será sempre uma prioridade*" como pode ser realmente uma prioridade de forma eficaz se estamos aos anos sem um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil aprovado e publicado pela ANPC? E, como pode ser eficaz esta preocupação se também não se tem um Plano Municipal Contraincêndios?...) -----

Quanto ao desemprego no Concelho de Caminha, disse a Senhora Deputada que este documento afirma que são apenas 361 os desempregados neste Concelho em dezembro de 2023, e ainda segundo o texto do relatório, "(...) *o resto é demagogia. (...)*", mas, demagogia é dizer que são 361 e não dizer que na verdade o desemprego aumentou no Concelho de Caminha, pois em dezembro de 2022 existiam 271 desempregados, porém, em fevereiro de 2024, segundo o IEFP- Instituto de Emprego



Assembleia Municipal de Caminha

e Formação Profissional, são já 416 os desempregados no Concelho, em 2 meses de ano civil são mais 55 desempregados, ora, desde dezembro de 2022, o número de desempregados no Concelho aumentou em 145 pessoas, mais de metade do que havia em 2022...) -----

Para terminar, disse a Senhora Deputada que a OCP acredita e defende, uma estratégia económica e de criação emprego que seja anual, sem nunca abdicar claro do turismo, para que se aumente a oferta de emprego no Concelho, para que através do aumento de numero de empresas sediadas no Concelho se possa tributar um outro tipo de valores de impostos a esses agentes económicos, de forma a poder aliviar a carga fiscal sobre a população, tornando este concelho mais atrativo para se viver, fixando assim mais população todo o ano. **(áudio 2.54.37 e 3.00.07 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e disse que a Senhora Deputada imputou à Câmara Municipal a perda de população no Concelho de Caminha, pergunta, quais foram os Concelhos do Distrito que desde 2011 a 2024 aumentaram a sua população? **(áudio 3.00.23 e 3.01.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, respondeu que houve Concelhos do Distrito que aumentou a sua população como por exemplo Monção, no entanto, não é com políticas como as deste executivo municipal, que vai fazer que a população volte porque, o turismo não chega, tem que haver mudança de estratégias para fixar a população no Concelho. **(áudio 3.01.22 e 3.02.10 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o documento de prestação de contas em apreço resulta uma obrigação legal, logo, a CDU, como habitualmente analisa os documentos sobre 2 perspetivas diferentes, uma a capacidade do documento em traduzir a ação prevista nas grandes opções do plano no quadro do plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipal para o ano em apreço. Numa segunda perspetiva, o potencial revelado pelo município para executar a despesa e a receita de acordo com o previsto em termos orçamentais, a estas dimensões de análise, somam-se também a certificação legal das contas e os



Assembleia Municipal de Caminha

compromissos passados e futuros que limitam os exercícios seguintes e, por isso, por eles não é um documento de estratégia política que serve de arma de arremesso às opções de quem tem a decisão dada pelo povo. Mas antes, um elemento que avalia a gestão nos pressupostos legais e no respeito pelos documentos aprovados...) -----

Disse ainda que este é também um documento que perpetua a dependência económica do Município do turismo e que a prestação de contas de 2023 acaba mesmo por atestar sendo de refletir sobre o impacto de longo prazo que a ausência de setores produtivos primário e secundário com potencial local pode efetivamente ter, como, no que a pesca diz respeito, é necessário aproveitar o potencial de todo o município, dando prioridade à requalificação do Portinho de Vila Praia de Âncora...) ---

Para terminar disse o Senhor Deputado que de forma resumida, é uma Prestação de Contas com uma execução da receita de 22 793 436,84€ e a execução da despesa de 22 267 738,21€ ao que corresponde, na verdade, ao resultado líquido positivo de 690 670,90€, no entanto, na análise técnica ao documento, não podem deixar de referir, quanto à certificação de contas que são repetidas exatamente as mesmas observações feitas pelo revisor das contas, pelo que, atendendo a que volta a repetir-se ípsis verbis os reparos do ano passado, não podem dar um aval positivo a este documento de prestação de contas. **(áudio 3.03.24 e 3.06.24 minutos da 1.ª gravação e 00.00 a 03.24 minutos da 2.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que num ano que se iniciou com avultados prejuízos fruto dos estragos da intempérie, o facto, é que a Câmara conseguiu executar o seu orçamento de forma eficaz, pelo quinto ano consecutivo, o resultado do exercício foi positivo, atingindo os 690 670,94€. A taxa de execução da receita foi a mais alta de sempre, com 96,34% e a dívida da Câmara municipal diminuiu em mais de 3 000 000.00€, foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental e as contas foram certificadas pelo revisor oficial de contas. No entanto, quem está de fora reage perante resultados positivos e reduções de dívida, muita da qual por eles deixada, continuam a passar atestados de incompetência a quem governa, afirmando os revisores oficiais de contas da OCP que o Presidente, Rui Lages, não tem capacidade técnica para defender contas.

Para terminar disse a Senhora Deputada que o caminho tem vindo a ser trilhado, que não está de todo acabado e que tem de perseguir com resultados continuamente



Assembleia Municipal de Caminha

positivos e fechar 2023 com um saldo positivo de mais de 690 000.00€, apresentar pelo quinto ano consecutivo um resultado líquido positivo, baixar a dívida em mais de 3 000 000,00€, e ao mesmo tempo prosseguir com os apoios às Juntas de Freguesia às Instituições, às famílias, aos jovens, promover com excelência aquilo que de melhor se tem, são razões mais do que suficientes para aplaudir o trabalho realizado. **(áudio 03.43 e 07.32 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou, Se, a dívida à Luságua, era do anterior executivo do PSD? Se, a dívida às Águas do Norte, era do anterior executivo PSD? Se, a dívida à ADSE, era da do anterior executivo PSD? **(áudio 07.47 e 08.23 minutos da 2.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu ao Senhor Deputado que não falou ali em instituições, apenas falou numa diminuição da dívida de 3 000 000,00€. **(áudio 08.32 e 08.48 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou, se, sabe que só foi executado 36% do valor orçamentado para a Ação Social? Se, considera que este valor é suficiente para mitigar os problemas de tanta gente, que passa necessidades no Concelho de Caminha? Se, os valores de excedente aproximadamente de 600 000.00€, se não ficariam com outros números se realmente se tivesse executado o valor total da Ação Social que tanto faz falta ao Concelho Caminha? **(áudio 09.07 e 09.56 minutos da 2.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu ao Senhor Deputado que não falou em taxa de execução da Ação Social, ora, o Senhor Deputado deve fazer perguntas daquilo que ela ali falou. **(áudio 10.06 e 10.38 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que as três perguntas foram encadeadas para chegar ao que a Senhora Deputada disse e, aquilo que lhe queria questionar foi, se o executivo executasse uma taxa maior na Ação Social e mitigando problema das pessoas, se esse excedente não tinha sido menor. **(áudio 10.50 e 10.57 minutos da 2.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu ao Senhor Deputado que alguns não concordam com as escolhas e estão no seu direito, as opções são feitas por quem dirige, não por quem está de fora. **(áudio 11.59 e 12.35 minutos da 2.ª gravação).** ---

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que este é um documento que tem rigor e transparência na informação, e sugere às pessoas que quando este documento estiver publicado para consultar da página 99 à 167, porque tem uma demonstração clara por rubrica, de onde é que foi gasto o dinheiro de todos e tem uma análise comparativa dos 3 últimos anos, porque, é muito importante até para cumprir Abril que os documentos de contas, concordando ou não, com as opções políticas, sejam documentos claros, fáceis de entender para que cada um possa fazer em liberdade o seu juízo.

Disse ainda o Senhor Presidente que este documento mereceu três votos contra em reunião de Câmara, porque a despesa corrente aumentou e que esta estratégia não privilegia as pessoas. Mas, não repararam que a maior parte da despesa corrente que está ali, são despesas com pessoal, são salários que aumentaram, são progressões que se fizeram, ora, os trabalhadores municipais não são pessoas, não merecem ter mais rendimentos, não investem na economia local, logo, há ali uma estratégia clara a pensar nas pessoas. Por outro lado, uma outra parte do aumento das despesas correntes foi no setor da educação, pergunta, se as escolas, os jovens não merecem que se invista, porque ao se estar a investir nelas, está-se a investir no futuro, agora, sim, houve um aumento da despesa que é virtuosa para o Concelho, no entanto a receita também aumentou, houve uma subida de 22% de Imposto Municipal de Transmissão onerosa de imóveis, o que significa compra de casa, ora, isto é fixar população, logo, este é o caminho certo, porque, não se pode investir se não se tiver as contas certas, se não houver capacidade de construir o futuro. **(áudio 13.02 e 18.28 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou, se tem noção de qual era a dotação inicial das despesas de capital e qual foi a final? Houve um aumento com as despesas de pessoal, sabe qual foi o valor que aumentou? **(áudio 18.46 e 19.29 minutos da 2.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, respondeu ao Senhor Deputado e disse que, despesa com pessoal o aumento foi 837 000.00€, no entanto, pergunta ao Senhor Deputado se sabe quando governava o PSD, como é que era o orçamento inicial e no final e a execução orçamental? (**áudio 19.46 e 20.03 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou Senhor Presidente de Junta se o aumento da receita do IMT provém da venda e comercialização de imóveis usados, ou, se provém da venda e comercialização de imóveis novos e construídos? (**áudio 20.16 e 21.15 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, respondeu ao Senhor Deputado e disse que existe investidores tanto para imóveis usados como para novos, a economia está a funcionar no Concelho de Caminha. (**áudio 21.24 e 21.55 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que o documento na sua página 6 tem incongruências na comparação das dormidas e estadas entre Caminha e Ponte de Lima, ora, o aumento do número de dormidas em Caminha, deve-se ao facto do registo de casas de turismo local, pois antigamente não eram registadas, e mesmo os comerciantes e a restauração afirmam que o Verão agora são os fins de semana e uma semana de 8 a 15 dias em meados de Agosto, ou seja, bem mais fraco do que os anos anteriores, e basta ver o movimento dos paredões das principais praias para ter esta noção, nomeadamente Vila Praia de Âncora e Moledo.

Refere ainda o Senhor Deputado o registo para os altos elogios relativos à valorização profissional dos funcionários da autarquia com carreiras estagnadas há 10 anos, mas, foi em outubro de 2013 que o PS se instalou com a maioria na Câmara Municipal de Caminha, que desde que governa Caminha estagnou as carreiras dos funcionários e vem agora vangloriar-se de as ter desbloqueado, demagogia pura.

Quanto aos eventos que dinamizam e potenciam o comércio local disse o Senhor Deputado que o Artbeerfest em que o estudo cujas fontes se desconhecem, refere que entraram na economia local e restauração 5 000 000.00€, durante o evento, ora se



Assembleia Municipal de Caminha

fosse real, só favorecia 12% do tecido empresarial, hotelaria e restauração e 18% da população residente, funcionários daquelas atividades, fonte desta informação é o Plano de Ação Climática que irá ser aprovado a seguir.

Quanto ao Balcão SNS, pergunta o Senhor Deputado em que freguesias funciona e o que faz em concreto?

Quanto ao Mercado Municipal refere que gastou 600 000,00€, no entanto, numa Assembleia Municipal Extraordinária, falou-se ali em mais de 1 000 000.00€, além disso, das 14 bancas, quantas estão ocupadas e quantas estão vazias por falta de interessados; das lojas, quantas estão ocupadas? ...) -----

Para terminar disse o Senhor Deputado que a OCP não pode aprovar umas contas se as reservas do senhor revisor oficial de contas estão ali na mesma, como estão 2 ou 3 reservas escondidas, e como é que o Senhor Presidente, o Senhor Revisor Oficial de Contas, aprovam as contas como claras quando o total da dívida não está apurado? **(áudio 22.14 e 28.28 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a Prestação de Contas é sempre um momento de debate político, sobre um documento técnico, e a Câmara Municipal enquanto entidade pública está vinculada aos princípios da legalidade da boa-fé e, acima de tudo, da transparência, e é nestes termos que foi lavrada a presente Prestação de Pontas, para a qual, agradece aos técnicos municipais que colaboraram e executaram este documento, de forma percetível com quadros objetivos e facilitadores da compreensão.

Quanto ao debate ali realizado disse o Senhor Presidente que foi um bom debate, com uma oposição à esquerda bastante realista nas análises que fizeram, e com uma oposição à direita, que teve muita dificuldade em contrariar estas contas, ao não falarem dos números que importam para a população saber se o caminho está a ser bem trilhado ou não, ora, a verdade é que a execução não é toda boa, como sempre foi afirmado que a Câmara Municipal tem uma situação financeira muito difícil, muito complicada, no entanto, tem honrado os seus compromissos com os fornecedores e tem vindo sempre a projetar o futuro, porém, não pode deixar de realçar que o ano de 2023, foi um ano com um prejuízo terrível para o Concelho, não só para a Câmara Municipal, mas, também para as empresas, para as famílias que sofreram com as intempéries do início do ano, porém, todos em conjunto, conseguiu-se bons resultados



Assembleia Municipal de Caminha

com esta Prestação de Contas, como foi ali referido pela CDU e PS que pelo 5.º ano consecutivo, houve um resultado de exercício positivo 690 670,94€, a taxa de execução da receita foi das mais altas de sempre, tendo ficado nos 96,34%, e a dívida a fornecedor foi diminuída em mais de 3 000 000.00€, logo, são números que todos têm de ter perceção nesta Prestação de Contas, como a dívida a fornecedores é de 2 278 013,00€, dívida à Banca 500 000.00€, dívida ao Estado 225 000,00€, porque são estes números que importam para as pessoas, para onde é que foi canalizado o dinheiro, e foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental.

Para terminar, refere o Senhor Presidente que existem reservas por parte dos auditores de contas, que os próprios diziam no ano passado que esta norma não é indicada para as autarquias, seria melhor para outro tipo de gestão, mas, ela existe e tem que ser cumprida e a Câmara já tem vindo a trabalhar nesse sentido, e, o próprio revisor oficial de contas chancelou as nossas contas.

Por fim, refere o Senhor Presidente que a execução da receita atingiu o valor 22 793 436,00€, a execução da despesa atingiu o valor de 22 267 738,00€, a diminuição da dívida em valores superiores a 3 000 000,00€, com um resultado exercício positivo de 690 670,94€, e quanto ao mapa demonstrativo da capacidade devidamente do município, quando dizem que não consta a dívida das entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, que pode estar mal calculado. Não existe porquê? Porque, estas entidades relevantes é, por exemplo, a CIM Alto Minho, a Valorminho, e as mesmas, ainda não aprovaram as suas Prestações de Contas e logo que comunicarem à Câmara o cálculo apresentado poderá ainda ser alterado. Portanto, há ali transparência no documento apresentado e não se pode exigir algo que ainda não se tem. **(áudio 28.40 e 36.28 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Presidente falou das intempéries, pergunta, em abril do ano passado apresentou prejuízos no património Público na ordem dos 9 500 000,00€, refere que já foram gastou 2 500 000,00€, sendo que, 1 400 000,00€, o que vai fazer com os 7 500 000,00€, que faltam das obras? Se, da intempérie tinha problemas para resolver, porque é que ficou com 2 500 000,00€ de investimento de capital e não os gastou a recuperar esse património que estava danificado? Se, teve um resultado positivo do exercício deste ano e do ano passado, num total de 1 000 000,00 de euros,



Assembleia Municipal de Caminha

porque, motivo não amortizou a dívida quando os juros estavam baixos e, porque motivo pagou 34,5% de juros este ano em relação ao ano passado? Porque, fez questão de apresentar resultados positivos, e não atendeu àquilo que a OCP chamou à atenção em outubro de 2020, sobre a necessidade de reduzir o IMI, o IRS e a Taxa de Resíduos Solos, quantias que aumentaram sobejamente nesta Prestação de Contas, quando a população estava oprimida pelo aumento do custo de vida? **(áudio 37.10 e 38.58 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, como resposta disse que foi celebrado um contrato com o governo, tem um prazo temporal de execução quer para 2023, 2024 e 2025, estão a decorrer obras, outras que já terminaram, e ainda haverá outras obras que irão ser lançadas em 2024 e numa próxima Prestação de Contas também será refletido esse montante. **(áudio 39.09 e 40.01 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que a CDU tem as reservas que tem o certificador das contas, o Senhor Presidente na sua intervenção volta a dizer que ainda não houve tempo para o caminho apesar de já se ter iniciado, mas, a verdade é que no ponto 4, do anexo 4, identifica retenções associadas à transição, precisamente para o SNCAP, pelo que, pergunta se alguma coisa foi feita, não deveria ser o mesmo texto que lá, mas, um texto ligeiramente diferente, e, se nada foi feito, porque é que aparece no ponto 4, do anexo 4, a referir que exatamente foram feitas estas retenções associadas a essa transição, ora, fica esta dúvida, que para a CDU é extremamente importante até para consolidar a opção de voto para este documento? **(áudio 40.14 e 41.38 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que se deu início ao procedimento, está em curso, não se conseguiu concluir dado às exigências que são para todos os trabalhadores municipais, como por exemplo, para os assistentes operacionais que tem que estar no terreno a fazer indicação de quantas horas é que estiveram a trabalhar num determinado local, numa determinada freguesia, que material utilizaram, que viaturas utilizaram. Refere também se tem que contabilizar todo o património municipal desde as redes viárias, qual é a esperança média de vida



Assembleia Municipal de Caminha

dessas infraestruturas, ora, este é um trabalho não se consegue fazer num curto prazo, é moroso, apesar dos técnicos fazer isso em paralelo com o seu trabalho, para que isso aconteça. **(áudio 41.43 e 42.36 minutos da 2.ª gravação).** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenção.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez declaração de voto e disse que;

A OCP votou contra este documento referente à Prestação de Contas apresentado nesta Assembleia, porque verificam que nele existem várias incongruências. -----

Com este documento podem verificar que as despesas correntes subiram e que os munícipes pagam cada vez mais impostos. -----

Com este documento podem verificar que existe uma falta de consideração pelos munícipes que vivem com dificuldades, tais como diminuíram os apoios sociais concedidos, aumentaram as rendas, não concederam a tarifa social de água aos mais carenciados. -----

Neste documento, é apresentado um montante de mais de 500.000,00€ de juros por dívidas criados com a sua própria gestão. -----

É um documento que apresenta vários erros contabilísticos, como o mapa da evolução de outras receitas próprias, como o mapa da evolução de aquisição de outros serviços pagos. -----

É um documento que nos omite os acordos de pagamento. -----

O mapa demonstrativo da capacidade de endividamento não será o real, porque faltam as entidades relevantes para o efeito da dívida total e o cálculo poderá ser muito superior. -----

Não podemos votar a favor deste documento quando o próprio revisor oficial de contas emita a sua opinião sobre estas demonstrações financeiras com reservas, uma vez que o mesmo não consegue garantir a não existência de erros. **(áudio 41.43 e 42.36 minutos da 2.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, ausentou-se por motivos de saúde.

e) – Aprovação da Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de abril de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 12 votos contra e 03 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

f) – Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2024

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de abril de dois mil e vinte e quatro, relativa à



Assembleia Municipal de Caminha

“Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2024”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar a “Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2024”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que em 2022 a Câmara Municipal promoveu o procedimento concursal numa das áreas de formação que agora extingue, na área do direito, dada a proximidade dessa tomada de posição, questionam esta opção de extinguir precisamente um destes postos. No que respeita à engenharia civil entende serem os 2 lugares não ocupados previstos no mapa de pessoal para 2024, no entanto, o mesmo critério não se aplica no domínio do direito, o que reforça a necessidade desse esclarecimento. **(áudio 1.07.28 e 1.08.13 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse a gestão dos recursos humanos, é sempre um planeamento que é feito previamente, mas, com o passar do tempo tem sempre algum tipo de ajuste naquilo que são as necessidades do município e, neste momento há dois juristas no quadro, tem outros dois juristas em comissões de serviço, e ainda tem uma vaga disponível para recrutamento, a qual se encontra livre, e assim no que diz respeito a estas alterações o município pode promover as mobilidades necessárias, entre carreiras para melhorar a prestação de serviço público. **(áudio 1.08.24 e 1.08.18 minutos da 2.ª gravação)**. -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez declaração de voto e disse que;



Assembleia Municipal de Caminha

A OCP absteve-se a aprovação da alteração do mapa pessoal, não porque, não entendem que devem ser criados postos de trabalho se fizerem realmente falta, mas sim porque na Assembleia de 21 de dezembro de 2023, a OCP votou contra o mapa de pessoal apresentado porque era um mapa que impedia a valorização de mais de uma dezena de trabalhadores através da mobilidade interna de carreiras, ou seja, era um mapa de pessoal que extinguia postos de trabalho, não criava um único posto de trabalho, e, a OCP alertou o executivo, para essas falhas, porém, agora pretendem alterar esse mapa de trabalho, fundamentando essa alteração com a necessidade de reforçar certos e determinados setores, o que vem provar que a OCP em 21 de dezembro de 2023, tomou posição mais correta ao votar contra o mapa pessoal apresentado e tinha razão ao afirmar que não estavam a ser criados postos de trabalho nas áreas que fazem realmente falta ao município. (áudio 1.10.07 e 1.11.29 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

g) – Aprovação do Plano Municipal de Ação Climática de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, presente na reunião ordinária de três de abril de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação do Plano Municipal de Ação Climática de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 2, do art.º 14, da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e da alínea h), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Plano Municipal de Ação Climática de Caminha”.

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que esta matéria é sempre sensível, e começa por agradecer aos Técnicos do Município de Caminha que



Assembleia Municipal de Caminha

estiveram envolvidos na execução deste plano, e ao coordenador do projeto, o Eng.º Marco Pereira, mas, também ao Senhor Vereador com área do ambiente, Dr. João Pinto, que coordenou estes trabalhos.

Disse ainda que nunca é fácil fazer este tipo de documentos, porque, são documentos muito técnicos, morosos, que tem um olhar muito afincado sobre o território, com o encontro de várias opiniões, foram ouvidas várias entidades públicas, privadas, foram auscultados todas as divisões da Câmara Municipal de diversos setores, por forma a que este documento ser o mais abrangente possível, envolvendo o máximo da comunidade possível, tanto empresarial como institucional como de IPSS, e desse modo solicita ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que fosse possível à equipa que elaborou este projeto, fazer uma pequena apresentação para que os Senhores Deputados conheçam de uma forma mais profunda o documento. Quais foram as orientações? Qual é que vai ser a estratégia seguida pelo Município de Caminha, para que até 2050 consiga atingir a neutralidade carbónica e, por isso mesmo, pede para que o Eng.º Pedro Henriques faça essa exposição. **(áudio 1.10.07 e 1.11.29 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, autorizou o Eng.º Pedro Henriques, a fazer a apresentação do Plano Municipal de Ação Climática de Caminha.

O **Engenheiro Pedro Henriques**, cumprimentou todos os presentes e fez uma breve explicação sobre aquilo que é o Plano Municipal da Ação Climática e entre os vários considerandos disse que as alterações climáticas, como já vão sabendo por aquilo que vai chegando todos os dias, são um fenómeno essencialmente global. Estas alterações são devido ao aumento da concentração dos gases de efeito estufa no planeta, isto não ocorre numa escala local, ocorre numa escala global, e fruto desse aumento existe um aumento global da temperatura que provoca alterações naquilo que todos sentem todos os dias no clima.

Disse ainda que este é um plano que é lançado por iniciativa municipal, mas que é para cumprir por todos os setores da sociedade e que, dessa forma deverá envolver, não só o executivo municipal, não só o setor primário, mas, também o setor secundário e terciário, ou seja, todos os setores da nossa sociedade. E, nesse sentido,



Assembleia Municipal de Caminha

existem metas estabelecidas, essas metas não são exclusivamente municipais, elas advêm de algumas metas Nacionais e Europeias e cifram-se nos seguintes valores, numa redução de 55% até 2030, de 65% a 75% até 2040, e de 90% até 2050, ou seja, esta é a redução expectável de gases de efeito estufa que faz com que se consiga manter a temperatura global do planeta dentro dos parâmetros normais.

Para terminar, o Senhor Engenheiro, passou a explicar todos os dados apresentados no plano de ação climática do Município de Caminha...) (áudio 1.14.34 e 1.27.32 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Almeida**, cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que acabaram ali de assistir à apresentação do Plano Municipal da Ação Climática de Caminha, cuja importância não deixa muitas dúvidas, a Lei de bases do clima, veio reconhecer a existência de uma situação de emergência climática e determinar ao Estado a realização da política climática, mas, também às autarquias locais, a implementação de políticas no âmbito da sua atuação. Este plano é uma exigência legal, consta na Lei de bases do clima e, Caminha foi a primeira Câmara do Distrito a aprovar este plano.

Disse ainda que as alterações climáticas são uma realidade e fenómenos normais como os que se viveram no Concelho de Caminha, no dia 1 de janeiro de 2023, que muito provavelmente se irão repetir, e todos devem estar empenhados em resolver este problema, que é de todos enquanto sociedade.

Para terminar disse que este plano é mais um passo nesse sentido que tem, por exemplo, como meta a redução das emissões de CO2 no Concelho de Caminha em pelo menos 55% até 2030, o que é um objetivo muito importante...) (áudio 1.32.07 e 1.33.42 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção a perguntar ao Senhor Presidente, quanto custou este estudo?

De seguida disse que este Plano Municipal de Ação Climática pretende constituir-se como uma ferramenta para agir na realidade do impacto da ação humana no ambiente, contribuindo o município na parte que lhe diz respeito na adoção de procedimentos e no apontar dos caminhos de ação...)



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que não se pode pretender ter um Plano de Ação Climática que não conte com as pessoas, que não conte com a ação do dia a dia, porém, este plano não é propriamente um plano é antes um extenso relatório, muito meticoloso e pormenorizado, mas, também excessivo e, apesar de tudo, ainda assim omissos, numa análise verdadeiramente global da problemática geral das alterações climáticas. Neste sentido e em síntese, o relatório está especialmente focado nos gases com efeito estufa no desconforto das pessoas com a imprevisibilidade do clima, e aponta na panaceia da eletricidade para os veículos, mencionando até uma embarcação elétrica, para o atravessamento do Rio, o célebre prometido ferro elétrico...)

Para terminar, disse que, o Bloco de Esquerda não considera que este documento de quase 500 páginas seja um plano de ação, mas, um mero relatório que poderá ser usado para a criação de um verdadeiro plano de ação, isto é, de algo que permita agir de facto, neste sentido, não podem votar favoravelmente, algo que se intitula como um plano de ação, quando não é realmente a não ser em título e dado o seu volume está completamente afastado do comum cidadão que é quem detém nas suas mãos a decisão de ação de cada dia. (áudio 1.34.03 e 1.38.39 minutos da 2.ª gravação). ----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento, e pediu que o esclarecesse na questão de o Plano ser omissos? E, o que falta para ser um Plano de Ação? (áudio 1.38.58 e 1.39.26 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, como resposta disse que este Plano é muito complexo e demasiado extensivo, até pode ser bom, pode ser interessante, mas não é para o dia a dia, porque, se as pessoas que não estiverem preparadas e agirem no sentido de minimizar os efeitos estufa e daquilo que o clima está a trazer, vai ser difícil e, não é isto que vai servir, ou seja, este Plano acaba por ser feito para as universidades fazerem estudos. (áudio 1.39.33 e 1.41.28 minutos da 2.ª gravação). -

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento, perguntou ao Senhor Deputado se aquilo que ele acabou ali de dizer é que os migrantes que vêm para Portugal, ou, que



Assembleia Municipal de Caminha

vêm para Concelho de Caminha vão aumentar o efeito estufa? (áudio 1.42.07 e 1.42.23 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, como resposta disse que aquilo que está a acontecer na humanidade toda, não só em Portugal, o fluxo de imigrantes de um lado para o outro, deve-se ter em conta num Plano de Ação Climática, que foi aquilo que não esteve contemplado na sua opinião. (áudio 1.42.38 e 1.43.55 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que este é um documento que é denso, que responde á obrigação imposta pela Lei de Bases do Clima, a Lei 98/2021, ultrapassando já o limite previsto para esta aprovação em Assembleia Municipal.

Disse ainda que no essencial segue a narrativa atual relativa às alterações climáticas, sendo mais relevante no seu plano de ação, de forma particular nas medidas de mitigação a que se propõe. Algumas podem mesmo articular-se com outros planos em curso no município do que é exemplo a implementação de um programa de reabilitação e construção sustentável, edifícios e a promoção da reabilitação urbana, visando o aumento da eficiência energética através de soluções de arquitetura bioclimática e arquitetura multifuncional que poderão enriquecer, por exemplo, a estratégia local de habitação...) -----

Destaca ainda a elaboração e implementação do estudo de otimização de transportes públicos e promoção da mobilidade multimodal, que se deve abordar na dimensão regional e inter-regional, a custo acessível à população...) -----

Disse ainda o Senhor Deputado que não entende a CDU como poderá o município implementar um programa de promoção de investigação e inovação para a neutralidade carbónica, já que a Câmara Municipal não é, na verdade, uma entidade de investigação, obrigando-se logicamente a um recurso externo e, uma vez mais, a necessitar de recursos financeiros, quando poderá, de facto, acolher aquilo que a própria Academia vai produzindo, tomando as decisões que são mais adequadas à realidade do Concelho, ou, a implementação de um programa de apoio à criação de comunidades de energia no setor industrial, dado a dimensão reduzida que o setor industrial tem no Concelho de Caminha. Disse que, no que a água diz respeito, as



Assembleia Municipal de Caminha

medidas favorecem o uso em ciclo fechado de água, o que é ambientalmente consonante com a defesa atual da gestão da água...) -----

Disse ainda que a CDU lamenta que não se inclua nas medidas a urbanização das vias que atravessam o Concelho, como a estrada nacional 13, integrando-a ambientalmente, levando à redução de velocidade de circulação e com ela a redução da emissão de gases poluentes...) -----

Para terminar disse que o plano apresenta demasiados programas a implementar, o que pode dificultar a sua exequibilidade, são 16 os programas que as medidas preveem ao que se somam um programa de investigação transversal que se repete 6 vezes. (áudio 1.44.10 e 1.49.17 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, disse que este Plano das 64 medidas de mitigação apresentadas, 42 delas referem-se a estudos a fazer, ações de informação, portanto, é um plano pouco pragmático. Por outro lado, dessas medidas, 31 estão previstas para iniciar em 2024 e 24 delas em 2025...)

Disse ainda que a descarbonização da sociedade é um imperativo atual devido aos impactos que já as alterações climáticas têm nos mais diversos setores da sociedade, a fragilidade a que o planeta chegou exige tomadas de posição sérias e assertivas para que os problemas ambientais possam ser diminuídos e os seus impactos reduzidos ao máximo.

Disse ainda que o Plano Municipal de Ação Climática de Caminha não pode ser visto como uma imposição legal, mas sim, como um instrumento fundamental para o ordenamento e utilização responsável dos recursos naturais e humanos existentes, logo, cabe ao município ter uma estratégia capaz de conciliar as metas a cumprir, o seu tecido económico e a qualidade de vida da sua população...) -----

Disse que este documento caracteriza o Concelho, a imagem que lhes dá, causa preocupação, em termos físicos, coloca-os sobreaviso devido ao potencial de risco de inundações e cheias, ou, fraco declive de grandes áreas do Concelho junto às margens dos rios e os períodos de intensa precipitação concentrada num curto espaço de tempo podem causar este tipo de fenómenos...) -----

Para terminar disse o Senhor Deputado que as superfícies ocupadas em Caminha por área agrícola, muitas delas ao abandono, matas e povoamentos florestais têm de ser vistas como fundamentais para a regulação da temperatura para o ciclo da água e



Assembleia Municipal de Caminha

ainda como sumidouros do dióxido de carbono e dos gases de efeito estufa, porque, é impossível não planear o futuro do Concelho sem olhar para o potencial da sua biodiversidade, e por isso, devem-se colocar em prática medidas de adaptação, como um plano de reflorestação imediato, uma reorganização e reocupação das áreas agrícolas e florestais. (áudio 1.49.26 e 1.54.46 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento, perguntou ao Senhor Deputado em que se baseou para dizer que os Presidente de Junta não fomos ouvidos? Porque, houve reuniões temáticas para essa matéria, e o documento foi previamente enviado para todos para darem os seus contributos. (áudio 1.55.03 e 1.55.47 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luis**, disse que a sessão já atingiu as 5 horas, pelo que, pergunta se alguém se opõe à sua continuidade, e uma vez que ninguém se opôs deu-se a continuação da sessão.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que a subida das temperaturas, as secas e o vento forte, juntamente com o abandono da floresta e a predominância de espécies que facilmente se transforma em combustível florestal, colocam grande parte do Concelho em alerta e, o Município não pode estar à espera de uma conjugação destes fatores que resulte numa tragédia, tem de atuar no imediato para prevenir este risco e mitigar os efeitos nefastos de um possível incêndio de grandes proporções...)

Disse ainda que se verifica um número considerável de habitações sem qualquer tipo de aquecimento, ou, com formas pouco eficientes, ou, amigas do ambiente, dadas as elevadas emissões de gases com efeito estufa que libertam, estes dados devem ser alvo de uma reflexão por parte dos pelouros responsáveis pela áreas sociais...)

Também disse que os edifícios municipais construídos, ou, alvo de reabilitação e requalificação recente deveriam ser mais eficientes do ponto de vista energético, é pouco sensato construir um novo Mercado Municipal e não se colocar um único painel solar para ajudar na redução dos consumos energéticos...) -----

Disse o Senhor Deputado que todo o planeamento deste documento orientador assenta em 3 possíveis cenários, desde o Business as Usual ao conservador e



Assembleia Municipal de Caminha

vanguardista, sendo o plano e face às estratégias locais. Considera-se que o cenário conservador e o Business as Usual são coincidentes, o que revela uma enorme crítica à postura deste e anteriores executivos, pois as metas a cumprir são inviáveis face à falta de projetos estruturais capazes de alterar a sua situação atual e vindoura.

Para terminar disse o Senhor Deputado que a população de Caminha tem de ter confiança, que o seu futuro está garantido com melhores condições de vida, sustentabilidade, economia e emprego para que os mais idosos e carenciados não sejam populações vulneráveis à mercê das alterações climáticas e dos problemas ambientais que delas resultam. **(áudio 1.56.49 e 2.00.42 minutos da 2.ª gravação).** -

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

h) – Aprovação da Revogação do Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora e Constituição de um Direito de Superfície a favor do referido Centro Paroquial

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de abril de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Revogação do Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora e Constituição de um Direito de Superfície a favor do referido Centro Paroquial”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que



Assembleia Municipal de Caminha

visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a aprovação da “Revogação do Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora e Constituição de um Direito de Superfície a favor do referido Centro Paroquial”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, entre os vários considerandos que fez disse que o voto da CDU não impedirá a aprovação da proposta apresentada, porque, defendem que Riba de Âncora deve dar continuidade à oferta de Centro de Dia e Apoio Domiciliário e porque as consequências de uma não aprovação seriam insuportáveis para os envolvidos e potenciais beneficiários. No entanto, disse que a situação agora ali trazida teria sido evitada se atendessem às preocupações da CDU quando, em 2016, apelava à calma e ao encontro de soluções que melhor garantissem obra em Riba de Âncora...)

Disse ainda que o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora já tinha e tem em funcionamento noutras instalações o Centro de Dia e Apoio Domiciliário, mas, dadas as desconformidades, obriga-se a obras, solução apresentada, e, não querendo fazer obras no edifício onde funcionavam estas valências ou não podendo fazer opta por solicitar a cedência gratuita do edifício da antiga Escola Básica do Primeiro Ciclo de Riba de Âncora ao Município de Caminha, o que se concretiza com o Contrato de Comodato gratuito por 50 anos em 2016 e, passados estes anos com obra em curso, vê-se o Centro Paroquial obrigado a recorrer à banca que exige garantia, e a solução foi, solicitar ao município que a garantia venha não dos bens próprios do centro, mas da Constituição do Direito de Superfície, a título gratuito por parte do Município de Caminha, a favor do Centro Paroquial e Social Riba de Âncora. Pelo que, questiona quais são as consequências para o município desta decisão e que questões se podem levantar? A primeira, a cessação do contrato de comodato em vigor até agora; A segunda, a não contratação de outro comodato, já que, passando a detentor do direito de superfície o Centro Paroquial não pode ser comodatário; terceiro, a Constituição do direito de superfície a favor do Centro ditará a saída desse ativo das contas da Câmara Municipal, o que obriga a perguntar ao executivo se fez as contas para saber que impacto isso poderá ter nas prestações de contas futuras; quarto, a não abertura de procedimento concursal, à concorrência para



Assembleia Municipal de Caminha

Constituição do Direito de Superfície sobre o referido imóvel, trazendo de imediato a esta Assembleia a revogação do Contrato de Comodato e a Constituição a favor do Centro Paroquial, a título gratuito do Direito de Superfície sobre o imóvel, é um entendimento da Câmara Municipal de Caminha que, ao não vir acompanhado do parecer jurídico, poderá ter interpretação diferente, por exemplo, do Tribunal de Contas; quinto, a acompanhar a proposta não vem, nem o valor do crédito face ao qual surge a necessidade de pedir ao município gratuitamente o direito de superfície, nem tão pouco o valor pelo qual está avaliado o imóvel e que a ceder a título gratuito não significa que não tenha valor; sexto, que valor já foi gasto na obra para se perceber que percentagem com fundos próprios do centro é necessário garantir, sendo claro que o centro não tem património que sirva essa mesma garantia e que para o município é muito diferente; sétimo, não vem acompanhar a proposta, qualquer indicação de qualquer instituição bancária que ateste ser condição suficiente ter como garantia a Constituição de um Direito de Superfície por um período de 35 anos...) (áudio 2.02.50 e 2.09.40 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que a CDU na pessoa do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro esteve nas reuniões que se fizeram em Riba de Âncora, dá ideias, mas, nunca apresenta uma solução, e numa freguesia para se construir, aquilo que faz falta, é preciso encontrar soluções e, na verdade o Conselho Diretivo dos Baldios já pôs no Centro Social e Paroquial de Riba de Âncora 200 000,00€, da candidatura que se fez já foram investidos cerca de 130 000,00€, mas, para se terminar a obra ainda são necessários mais 130 000,00€, e a única solução é fazer um empréstimo à banca, mas, para que isso possa acontecer terá que se alterar de Contrato de Comodato para Direito de Superfície, sendo essa a garantia bancária, o empréstimo será por 15 anos, que serão suportados pelo Centro de Dia e pelas Instituições da Freguesia. (áudio 2.09.55 e 2.13.56 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

i) – Aprovação da Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Junta de Freguesia de Seixas, relativo à Antiga Escola Primária de Coura de Seixas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de abril de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Junta de Freguesia de Seixas, relativo à Antiga Escola Primária de Coura de Seixas”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a aprovação do “Contrato Comodato Celebrado entre o Município de Caminha e a Junta de Freguesia de Seixas, relativo à Antiga Escola Primária de Coura de Seixas”.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Dionisio Rua**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que este comodato que está ali para ser votado é a antiga Escola Primária de Seixas, situada no lugar de Coura. É uma escola que estava inativa e que o executivo da freguesia quando tomou posse apercebeu-se que tinha que dar vida àquele espaço, sendo que o mesmo não se encontrava em muito mau estado, porque os executivos anteriores tinham o cuidado de ir limpando temporariamente. Pelo que, a Junta de Freguesia entendeu que seria um bom espaço para serviço da freguesia, e falou com o Senhor Presidente da Câmara, e também entendeu que realmente seria uma boa solução fazer-se um Contrato de Comodato, para que toda a comunidade



Assembleia Municipal de Caminha

usufruisse desse espaço e todas as instituições da freguesia, por isso, não pode deixar de ali agradecer à Câmara Municipal todo o apoio que tem dado à freguesia e gostava que este ponto fosse aprovado por unanimidade. (áudio 2.15.20 e 2.18.21 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

j) – Aprovação do Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho para Inscrição de Dotação Orçamental para os Anos 2027 e 2028/ Alteração da Designação do Projeto

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de março de dois mil e vinte e quatro, relativa ao **“Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho para Inscrição de Dotação Orçamental para os Anos 2027 e 2028/ Alteração da Designação do Projeto”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, conjugado com a competência referida na alínea c), do n.º1, do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a reprogramação do compromisso plurianual para os anos 2027 e 2028, e a alteração da designação do projeto para **“Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho”**, já que se trata de um serviço de



Assembleia Municipal de Caminha

transporte rodoviário que engloba os transportes escolares e o transporte público de passageiros.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a proposta em apreço limita-se à necessidade técnica de revogar ou de reprogramar os compromissos plurianuais, aproveitando o ensejo para alterar a designação de transportes escolares para serviço Público de transportes de passageiros nos municípios do Alto Minho. Contudo, aquando da discussão deste serviço Público a CDU defendeu não só neste órgão, mas também na Assembleia da CIM que a confusão criada com o transporte escolar apenas pretendia apressar a decisão e que não correspondia efetivamente à realidade. No entanto, não deixam de reafirmar que este serviço não corresponde nem às expectativas nem às necessidades, quer pelas carreiras quer pelos preços, trata-se de uma oportunidade perdida, o que é uma pena para o Município de Caminha e para todo o Alto Minho. (áudio 2.19.37 e 2.20.43 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 11 votos contra e 0 abstenções.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez declaração de voto e disse que;

A OCP votou contra a aprovação deste concurso, porque em fevereiro de 2023, foi submetida a esta Assembleia Municipal o concurso de transportes de passageiros municípios do Alto Minho e foi proposto que este órgão deliberativo autorizasse a inscrição da dotação no projeto 2023 para os anos de 2023/2026, com despesa prevista no montante 816 918,40€+23% IVA,, no entanto, vêm propor submeter a esta Assembleia a aprovação do Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho para Inscrição de Dotação Orçamental para os anos 2027 e 2028, e a alteração da designação do projeto, contudo, existem incongruências entre os valores apresentados em fevereiro de 2023 e os valores que são agora apresentados com a informação interna n.º 60, o único documento que lhes foi entregue para esta Assembleia referente a este ponto, logo, não podem aprovar um



Assembleia Municipal de Caminha

concurso público com uma reprogramação, quando não lhes dão toda a informação, pois não fizeram parte da discussão do concurso público. (áudio 2.22.02 e 2.24.18 minutos da 2.ª gravação). -----

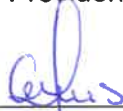
A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

k) – Apreciação do Relatório da Oposição relativo ao ano 2023.

Proposta retirada da ordem de trabalhos.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H40M, do dia 20 de abril de 2024, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente



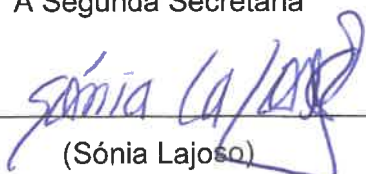
(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)



Assembleia Municipal de Caminha

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)